

## PROPOSTA ADUFF - ESTRUTURA - versão 1.2

A Universidade Federal Fluminense não apresenta nenhuma condição de retorno híbrido ou presencial antes de termos condições sanitárias que garantam a proteção à vida. Temos enfim assistido, já há alguns anos, o processo de precarização pelo qual as universidades públicas vêm passando, e, na UFF, não é diferente, com a expressiva diminuição de verbas para despesas básicas da Instituição. Faltam recursos para a manutenção dos *campi* (vegetação alta, falta de iluminação etc), o que acarreta problemas para a segurança, e até para o abastecimento de itens essenciais de higiene e limpeza.

Em que pese a expansão da universidade em número de vagas e interiorização, a construção de espaços com qualidade para o desenvolvimento das atividades acadêmicas - salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios - e seu correspondente suporte - restaurantes universitários, moradias estudantis, salas de estudo, laboratórios de informática - não ocorreram na mesma proporção. Nos *campi* fora de sede, salas de aula improvisadas tornaram-se permanentes e muitas não apresentam condições de ventilação e circulação necessárias (como os contêineres em Campos dos Goytacazes e em Rio das Ostras) e não há condições adequadas de assistência aos discentes, especialmente àqueles que não dispõem de recursos para alimentação e moradia. Mesmo na sede, as longas filas nos restaurantes universitários mostram carência de espaço, assim como as poucas vagas disponíveis na Moradia Estudantil do Campus do Gragoatá. Ainda há os prédios inacabados, dificuldade para a alocação de turmas em sala de aula e problemas sérios no fornecimento de água potável.

Tal processo também atingiu em cheio os recursos humanos. Vimos, no último ano, a demissão de trabalhadores terceirizados, há muito contratados pela universidade. Sua dispensa em massa, além do grave comprometimento da subsistência de inúmeras famílias, provocou sérios problemas na rotina administrativa da universidade, além da precarização de serviços fundamentais, como limpeza e segurança. Há também déficit de servidores técnico-administrativos e mesmo de docentes. Ainda que a proporção entre os números totais de docentes e discentes de graduação ativos no primeiro semestre de 2020, respectivamente 3.491 e 41.646 (<https://app.uff.br/transparencia/graduacao>), possa parecer satisfatória, ela não traduz a realidade vivida no cotidiano de nossas unidades, onde se encontram salas lotadas e onde faltam também locais de trabalho adequados para docentes.

Nesse momento em que vivemos a pandemia da Covid-19, não há nenhuma perspectiva de mudança no cenário anterior a ela, antes o contrário, se considerarmos as investidas constantes contra o serviço público e particularmente contra as instituições de ensino, que temos sofrido por parte do Executivo Federal e mesmo do Legislativo. Além, é claro, da recessão econômica agravada com a pandemia. Torna-se difícil imaginar que teremos, no curto ou no médio prazos, a disponibilidade de um número maior de salas de aula, de docentes, de técnicos-administrativos e de terceirizados para garantir o distanciamento social necessário; produtos de higiene suficientes, como sabão e álcool em gel, para toda a comunidade acadêmica, além de máscaras e equipamentos de proteção individual (EPI). É fundamental observar que sequer no Hospital Universitário Antônio Pedro há máscaras e Equipamento de Proteção Individual suficientes para os profissionais de saúde.

Conta ainda contra o retorno, ainda que híbrido, o fato de que os níveis de contaminação da doença são altos e, em algumas regiões onde há *campi* da UFF, as Unidades de Terapia Intensiva já não conseguem atender a todos os casos, situação que, segundo especialistas, pode perdurar por meses e mesmo se agravar, inclusive nas cidades em que os números de contaminação e óbitos estão mais baixos nesse momento. Portanto, por essas razões, entre outras, será preciso que a universidade funcione de forma remota por vários meses, e que mantenha ativos os órgãos criados para o acompanhamento da evolução do quadro epidemiológico e para as diversas providências de infraestrutura, de modo a embasar suas decisões futuras numa sólida avaliação das condições sociais, sanitárias e institucionais.

Para que o retorno futuro possa ocorrer é fundamental, portanto, que se realize um investimento robusto em estrutura, o qual deve estar ancorado em um mapeamento econômico e social da comunidade acadêmica. Este investimento deve ser composto por diversas ações integradas, tais como:

- Ampliação de bolsas, com foco na permanência estudantil;
- Disponibilização de chips, modems e computadores para todos os níveis de ensino (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e para os cursos de especialização gratuitos);
- Mediadores para garantir a acessibilidade, resguardadas as condições de segurança para estes trabalhadores;
- Assistência psicossocial para a comunidade acadêmica;

- Preservação dos contratos de trabalho temporários, na medida do que for permitido pela legislação;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias públicas que garantam o sigilo, a privacidade e a não utilização para fins comerciais e políticos das informações contidas nas atividades remotas;
- Exigência, junto ao Governo Federal, de que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam utilizados para garantir acesso universal à internet de banda larga.

Ressalte-se, por fim, que esse conjunto de medidas - algumas de responsabilidade exclusiva da UFF, outras que devem ser cobradas do governo federal - visam oferecer condições mínimas necessárias para que o retorno às atividades de toda a comunidade universitária se dê com qualidade, buscando reduzir ao máximo os riscos de evasão e de exclusão e, principalmente, preservando a saúde física e mental de seus membros.